



# SEMINÁRIO NACIONAL **sociologia & política**

REPENSANDO DESIGUALDADES EM NOVOS CONTEXTOS

**UFPR**  
**26 a 28**  
**DE SETEMBRO**  
**2011**

## GRUPOS DE TRABALHO:

- GT 01 - Teoria Política
- GT 02 - Elites Políticas e Instituições
- GT 03 - Representação Política: Eleições, Opinião Pública e Esfera Pública
- GT 04 - Política Internacional, Política Externa e Migrações Internacionais
- GT 05 - Comunicação, mídia e ciberpolítica
- GT 06 - Relações entre o Executivo e o Legislativo, processo decisório e análise de políticas governamentais
- GT 07 - Pesquisando a política na América Latina
- GT 08 - Pensamento Social no Brasil
- GT 09 - Juventudes em Movimento: cultura, participação e sociabilidades
- GT 10 - Trabalho e Sindicalismo: questões sociológicas atuais
- GT 11 - Ruralidades e Meio Ambiente
- GT 12 - Sociologia e Saúde
- GT 13 - Gênero, Corpo, Sexualidade e Reprodução
- GT 14 - Sociologia e Políticas Públicas
- GT 15 - Cidadania, Controle Social e Violência
- GT 16 - Estudos socioculturais do Esporte

## CHAMADA DE TRABALHOS:

**30 de junho a**  
**30 de julho de 2011**

## LOCAL:

Reitoria UFPR  
Rua Dr. Faivre, 405 - Curitiba/PR

## INSCRIÇÕES:

[www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br](http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br)

## REALIZAÇÃO:



Programa de pós-graduação  
em Sociologia / UFPR  
Programa de pós-graduação  
em Ciência Política / UFPR



**FUNDAÇÃO**  
**ARAUCARIA**  
Apelo ao Desenvolvimento Científico  
e Tecnológico do Paraná



**ISSN da publicação: ISSN 2175-6880 (Online)**

**Anais do Evento 2011**

**Volume 9**

**Trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 09**

**Juventudes em Movimento: cultura, participação e sociabilidades**

**Coordenadores:**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR)

Prof. Dr. Angelo José da Silva (UFPR)

Rodrigo Wolf Apolloni

Mara Ferreira

**Ementa:**

Este Grupo de Trabalho contempla trabalhos sobre questões relativas às juventudes contemporâneas no Brasil e América Latina. Relações entre cultura, participação e sociabilidades juvenis, seus contornos e espaços sociais (públicos e virtuais) no mundo contemporâneo. Privilegia o processo de constituição das identidades juvenis (e seus avatares), através de movimentos de experimentações e das formas de inscrição destas em seus corpos e no espaço urbano. As identidades aparecem assim, como expressão estética e ética, marcada por novas formas de participação (culturais, políticas, religiosas). Abrangem as múltiplas práticas de produção simbólica juvenil (na música, nas artes, nos coletivos, na dança, no cinema, na fotografia, no rádio), suas formas de mediação e de consumo cultural. Buscam tratar ainda das relações entre os jovens e as novas tecnologias, mediações e subjetividades.

## **A Juventude Contemporânea e a Busca por Direitos, Identidades e Espaços de Participação Social e Política**

**Daniela Gomes Martins Bueno<sup>1</sup>**

**Márcio Maltarolli Quida<sup>2</sup>**

**Naísa Márcia de Oliveira Viana<sup>3</sup>**

**Resumo:** O entendimento de que é necessário garantir políticas públicas para a juventude vem se desenvolvendo com o passar dos anos no Brasil. Políticas e programas que atendam a juventude sempre existiram, mas a conclusão de que é necessário um conjunto amplo e articulado de políticas que atendem para a singularidade e, ao mesmo tempo, para a pluralidade da juventude se estruturou mais recentemente. Esse entendimento se deu a partir de profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas: a juventude não se refere mais a uma rápida passagem da vida infantil para a vida adulta, nem a possibilidade de vivê-la está reduzida a um pequeno segmento da sociedade. A constituição da identidade juvenil como sujeito de direitos se dá em diferentes espaços urbanos e momentos históricos. Objetiva-se com este estudo evidenciar quem são os jovens contemporâneos, suas escolhas, aflições e perspectivas de participação social e política nos diversos espaços democráticos. Para tanto esse artigo se valeu de indicadores recentes relativos a esta fase da vida pois, ampliar o olhar para esta parcela da população e permitir o conhecimento de suas realidades faz-se altamente necessário. De acordo com as pesquisas utilizadas pode-se observar que a juventude, embora muito vulnerável no que diz respeito à educação, emprego e violência, vem assumindo progressivamente seu papel como atores sociais porque acreditam que pequenas ações somadas poderão gerar transformação. Efetivando a prática da participação política nem sempre institucionais, a presença da juventude na sociedade brasileira também se expandiu e intensificou nos últimos anos, tanto em contingente como em multiplicidade de atores. São muitos os segmentos que hoje se fazem visíveis e presentes, através dos mais variados tipos de coletivos, organizações e movimentos, apresentando uma gama variada de demandas e cobrando participação e interferência na vida social, cultural e política do país.

**Palavras chave:** Jovens, Demandas, Participação Política

1 Mestranda em Política Social – Universidade Federal Fluminense - Minter – Capes

2 Mestrando em Política Social – Universidade Federal Fluminense – Minter - Capes

3 Mestranda em Política Social – Universidade Federal Fluminense – Minter - Capes

Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais– Campus Muzambinho.

## Juventudes e identidades

Diversas são as contribuições acadêmicas destinadas a uma das fases do nosso ciclo de vida chamada “juventude”. Fase marcada pela curtição de sociabilidades, lazeres bastante específicos, mas também com tempo certo para terminar. Podemos dizer que alguns comportamentos só são permitidos e justificados quando ocorridos nesta fase. Junto a essa idéia, acredita-se que a juventude é uma fase para o ensaio e o erro, uma fase de experimentar formas e prazeres da vida com uma pitada de irresponsabilidade, pois as penalizações que poderão emergir ainda são de certa forma, relativizadas.

Faz-se necessário que, ao tratarmos sobre os jovens, não nos deixemos ser influenciados por um ou outro modelo socialmente construído para que não caiamos no erro de estigmatizá-los e/ou estereotipá-los. Somando a este pensamento, Guimarães e Grinspun (2008), dizem ainda que “pensar na juventude como uma simples manifestação de atitudes e comportamentos resultante do desenvolvimento da natureza humana, é aprisioná-la em moldes vazios de valores, emoções e expressões características de sua inserção nos paradigmas sociais e culturais”.

Então o que é ser jovem? Para Dayrell (2002), a idéia é de que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado, há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, de outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida.

Para Novaes (2007), a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e, ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação.

Passamos pela adolescência e somos marcados por diversas mudanças biológicas, psicológicas e também de inserção social. É quando o indivíduo começa a ter menos necessidade da família, já pode procriar, assumir responsabilidades pelos seus atos, alçar independência.

A construção da identidade jovem se dá em diferentes sociedades e momentos históricos. Questões como a classe social a qual pertence; a cultura como um universo cheio de símbolos e significados que possibilitam interpretação e mudanças de ações

(valores, etnias, religiões) e o meio demográfico no qual está inserida podem influenciar essa construção. Será que ser um jovem criado em famílias de classe média ou de camadas populares, vivendo em um centro urbano ou no meio rural é a mesma coisa? O que têm em comum jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados e jovens que moram nas favelas e periferias? Jovens homens e jovens mulheres, ainda que de classes e idades semelhantes, podem ser tratados da mesma forma? Não podemos definir a juventude com critérios engessados que tem tempo pré-determinado. É necessário fazer uma ampla reflexão antes de tudo, ser flexível, manter um olhar plural nesta direção para que compreendamos o verdadeiro sentido de ser jovem. Devemos entender a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um (DAYRELL, 2002).

O indivíduo constrói sua identidade por meio da sua relação com o outro e com o mundo que lhe é permitido. Todo este processo é diretamente influenciado pelo meio social e pela qualidade das trocas que este proporciona. Não existe um só jeito de ser jovem e é por isso, que o termo “juventudes” vem sendo adotado.

Existem múltiplos fatores que interferem no jeito de “ser jovem” tanto individualmente quanto coletivamente. Alguns positivos como a liberdade conquistada pelos direitos civis, os avanços dos meios científico-tecnológicos, o exercício constante de autonomia dessa geração. Na sociedade brasileira, em contrapartida, os jovens ainda se deparam com uma grande desigualdade social e pequena intervenção do Estado na construção de políticas públicas universais como garantia de direitos, o mercado ditando normas e formas de viver, o fantasma do desemprego e a falta de perspectiva de melhora, as famílias passando por um processo de remodelação, a mídia impondo verdades e valores bastante individualistas, a violência estampada e perversa (CARRANO, 2008).

É neste contexto que os jovens procuram uma forma de demonstrar sua identidade e de manifestar de forma simbólica, quem são, o que gostam e a que vieram. Reúnem-se em grupos onde sua identidade é respeitada e partilhada entre os membros. Fazem manifestações culturais, cantam suas angústias e mazelas, denunciam a desigualdade da qual são vítimas (rap), furam e inscrevem em seus corpos formas de demonstrar quem são e o estilo de vida que escolheram pra si. Ruas e praças da cidade são ocupadas pela presença de incontáveis agrupamentos coletivos juvenis, estruturados a partir de galeras,

bandos, gangues, grupos de orientação étnica, racista, musical, religiosa ou as agressivas torcidas de futebol (SPOSITO, 1994).

Para Weller (2005), essa apropriação de estilos culturais na adolescência e juventude é vista como “solução mágica” para problemas que surgem em outros setores (família, escola, trabalho) e como forma de resistência dos jovens provenientes de classes sociais que não têm grandes perspectivas para o futuro.

### **Jovens Brasileiros: é preciso conhecê-los**

Para que possamos compreender melhor quem são estes jovens, onde vivem, se trabalham e/ou estudam e o que os aflige, vamos nos valer de diversos indicadores relativos a esta fase da vida. Esse conhecimento ampliará o olhar que temos para esta parcela da população e também permitirá o conhecimento de suas realidades.

Segundo os dados da PNAD, o Brasil tinha um total de quase 80 milhões de crianças, adolescentes e jovens até 24 anos em 2009 (cerca de 42% do total da população). Embora a população brasileira esteja envelhecendo, com redução sistemática, dos segmentos etários mais jovens, o Brasil ainda deve ser considerado um país essencialmente jovem. As famílias que tinham pelo menos um membro na faixa etária de 0 a 24 anos representavam, em 2009, 2/3 das famílias brasileiras

Para saber onde esses jovens estão localizados, o Censo Demográfico 2010 nos trouxe a continuidade do processo de diminuição do volume da população rural. O campo perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010 que se deslocou para as áreas urbanas. Apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) vivem em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas).

Relativo à educação, em 2009, o brasileiro de 15 anos ou mais de idade tinha, em média, 7,5 anos de estudo, ou seja, demonstrando que não conseguia cumprir o ciclo fundamental obrigatório, um direito constitucional. A escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país. No caso do Brasil, a proporção de jovens que conseguiram alcançar essa escolaridade ainda era extremamente baixa, apenas 37,9%, de acordo com os dados da PNAD 2009. Para os que tinham conseguido alcançar essa meta, verificou-se se os mesmos continuavam frequentando a escola e os resultados mostraram que somente 5,4% daqueles que haviam obtido este nível de escolaridade, permaneciam na escola em 2009. Cerca de 15,1% dos jovens desta faixa

etária apresentavam 11 anos ou mais de estudo, dentre os quais 10,7% continuavam os estudos. É imprescindível dizer que, em 2009, a maioria dos estudantes de 18 a 24 anos ainda frequentavam nível de ensino abaixo do recomendado para sua faixa etária embora já se constatasse um aumento na frequência ao nível superior.

Ao se tratar de gênero na educação, comparando homens e mulheres, estas possuem maior frequência escolar e estudos. Apresentam maior permanência na escola, aumentando gradativamente sua escolaridade em níveis superiores embora, quando falamos em trabalho, elas ainda ganhem menos quando comparamos os salários dos homens para uma mesma ocupação.

Relativo a alfabetização, foram pesquisados os grupos de crianças de 7 a 14 anos e de jovens de 15 a 24 anos de idade que não sabiam ler ou escrever. No primeiro grupo, cerca de 1,8 milhões de crianças ainda não haviam alcançado essa meta. Para o segundo grupo etário, o total era de 647,0 mil analfabetos.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um tema que compõe a agenda de debates nos dias de hoje em todo mundo. No Brasil, os jovens de 18 anos já deveriam ter concluído o ensino médio e, aos 24 anos, o curso superior. O que podemos observar pelos dados anteriores é que a frequência escolar desse grupo etário é ainda baixa no País. Apenas 14,7% desses jovens declararam somente estudar e 15,6% conciliavam trabalho e estudo. Cerca da metade, 46,7%, declararam somente trabalhar. Note-se que 17,8% informaram realizar afazeres domésticos. Para o grupo etário de 16 a 24 anos, 22,2% recebiam até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo no mercado de trabalho o que configura inserção em ocupações não formais. Além disso, 26,5% desse grupo declararam trabalhar 45 horas ou mais semanais, jornada superior à máxima permitida em lei. Entre as mulheres jovens, de 16 a 24 anos de idade, 69,2% estão em trabalhos informais. A alta participação desse segmento em trabalhos não formais pode estar relacionada com a dificuldade de acesso a um primeiro trabalho formal onde possa conciliar emprego e estudo.

Outra questão importante a ser observada é a violência que vem se apoderando desse grupo etário. Ela se apresenta de diversas formas, como o *bullying*, atos de violência física ou psicológica praticados por um ou mais indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro(s) indivíduo(s) incapaz(es) de se defender, que se expressa mais nos ambientes escolares. A PeNSE 2009 (Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar) buscou medir esse fenômeno e, segundo seus resultados, 5,4% dos escolares revelaram sentir-se sempre ou quase sempre humilhados por provocações de colegas da escola. A

violência que ocorre fora dos muros da escola também afeta a vida desses adolescentes. Cerca de 6% dos alunos investigados pela PeNSE declararam não ter comparecido à escola, nos últimos 30 dias, por falta de segurança no trajeto casa/escola. Além disso, 6,1% informaram ter se envolvido, nesse período, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma branca. Em 4,0% dos casos, houve uso de arma de fogo nas brigas envolvendo os adolescentes. Chama ainda atenção que 9,5% foram agredidos fisicamente por um adulto da família no mesmo período.

Ao analisar o Mapa da Violência 2011, outras constatações foram feitas. A primeira delas é que a violência, desde 2003, vem sofrendo picos de oscilação e que estava mais concentrada nas grandes regiões metropolitanas do país. Com o fenômeno que podemos chamar de interiorização da violência, onde se percebe um grande deslocamento da violência para as regiões do interior do país, ficou evidente que eram essas regiões que mantinham a média nacional alta, embora houvesse uma queda nos grandes centros urbanos. Enquanto as regiões metropolitanas apresentavam uma queda de -24,6%, o interior aumentava em 3% esse índice. Um dos dados que permanece na pesquisa é vitimização baseada em raça. Entre 2002 e 2008 os homicídios em jovens brancos caíram em -30% em relação aos jovens de cor preta que aumentou em 13%. Nos últimos anos, apesar da taxa da população jovem ter diminuído em 2,8% (1980 a 2008), a taxa de mortalidade juvenil vem ampliando significativamente as estatísticas sendo 73,6% de óbitos juvenis.

Com os dados acima apresentados podemos perceber que a grande maioria da população jovem do Brasil necessita de atenção e proteção social por parte do Estado na garantia de seus direitos, pois ainda temos o analfabetismo presente e uma escolarização baixa, desemprego ou trabalho precário e de baixa remuneração como no caso das mulheres, perspectiva de vida limitada quando observamos o incremento da violência nas áreas urbanas, onde estão mais presentes.

De acordo com o Relatório Final – Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas do ano de 2006, a ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, necessidades insatisfeitas, motivações e intersubjetividades em curso, especialmente aquelas relacionadas com os (as) jovens pobres que mais dificuldades enfrentam para realizar escolhas alternativas e projetos autônomos, é condição necessária de definição de políticas públicas sintonizadas com os sujeitos e realidades que se quer transformar.

Algumas questões não querem calar: Embora vulneráveis, os jovens têm se deixado abater? Existe participação política da juventude? A quantas andam? Em quais espaços democráticos eles se apresentam como atores sociais atuantes e fazem valer a sua voz, reivindicando suas demandas e expressando seus anseios e expectativas?

### **Participantes Políticos ou Meros Expectadores?**

*Vejo na tv o que eles falam sobre o jovem não é sério*

*O jovem no Brasil nunca é levado a sério(...)*

*(Charles Brown Junior – “Não é sério”)*

Este trecho da música de Charlie Brown Júnior enuncia o senso comum com o qual os jovens são estigmatizados. Ele nos ajuda a refletir o constante dissenso que a classe juvenil enfrenta, de um lado acredita-se que a juventude tem o poder de mudar o mundo com sua força, vontade e disposição, do outro se apresenta um consenso de que os jovens são transitórios, imprevisíveis e instáveis. Existe uma forte tendência das escolas e dos espaços democráticos de não enxergar o jovem como um sujeito de direito capaz de pensar e emitir opiniões, de modificar o discurso adulto dominante. Isto tem feito com que os mesmos sejam desestimulados, deixando espaço para o discurso da existência de uma “apatia juvenil”.

Para Carrano (2008), ao contrário do que insinua o senso comum, os jovens não são desinteressados da participação da vida pública. Porém poucos deles estão interessados em fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados e também em torno de propostas cujos significados não dialogam com as contemporâneas condições de vivência do tempo da juventude.

Analisando a pesquisa “O Sonho do Brasileiro” (2011), 2,9 mil jovens, entre 18 e 24 anos foram entrevistados, vimos que 76% dos jovens acreditam que o Brasil está mudando para melhor, confirmando assim a preocupação que esta classe tem em relação ao país em que vive e ainda, que a “apatia juvenil” é um discurso obsoleto.

Para conhecer um pouco mais esses jovens, retornemos no tempo. Observamos que nos anos 50 e 60 de acordo com Sposito e Carrano (2003), os jovens foram protagonistas de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais. Nos anos 70, eles se

rebelaram contra a ditadura. Os anos 80 e 90 foram marcados pela busca da individualidade onde carreira, dinheiro e sucesso eram prioridades.

Nos dias de hoje, a pesquisa atual demonstra que o jovem não é mais individualista. Ele quer e acredita que pode modificar o mundo em que vive. Isso não anula os anseios de ter seu próprio dinheiro e alcançar a almejada independência financeira. Acreditam ser possível conciliar trabalho e transformação social. Dos jovens pesquisados, 8% deles são transformadores, pessoas que se sustentam modificando o mundo ao seu redor. A pesquisa aponta que 77% dos jovens acreditam que seu bem estar depende do bem estar da sociedade onde vivem. Mostra ainda que 74% dos jovens disseram estar preocupados em fazer algo pelo coletivo no dia-a-dia. Segundo Regina Novaes, antropóloga que coordenou a pesquisa, “Os pessimistas não vão acreditar nisso nunca, mas é isso que as pesquisas têm mostrado”.

Relativo à participação política desses jovens, a pesquisa demonstrou que eles entendem que a transformação deve acontecer também de baixo para cima e que a cidadania e a ética devem ser fortalecidas para que essa participação seja possível. Por terem nascido num mundo globalizado e interligado, eles enxergam cada vez menos barreiras para agir porque sabem que podem contar com suas redes. Acreditam ser mais inteligente agir em conjunto do que tentar fazer tudo sozinho ou apenas delegar responsabilidades a outros.

Os jovens questionam cada vez mais a herança política do país que, ao longo de sua história, sempre esperou a “salvação prometida vinda de cima”. Enxergam que tal espera afasta os brasileiros da arena política e coloca o país numa posição de passividade e submissão em relação aos partidos e políticos profissionais, que caem cada dia mais no descrédito devido o abuso de poder, práticas clientelísticas e escândalos de corrupção. Enxergam que agir com ética e honestidade no dia-a-dia já é um dos primeiros passos possíveis que cada um pode tomar para ajudar a combater a corrupção generalizada no Brasil e fortalecer esse sentimento geral de cidadania. Muitos já se vêm agindo assim e fazendo a sua parte.

Eles vêm assumindo progressivamente suas responsabilidades para com o país porque acreditam que pequenas ações somadas poderão gerar transformação. Dos jovens entrevistados, 56% responderam que estão agindo com honestidade no seu dia-a-dia e no que diz respeito a sua forma de atuação para ajudar o país, 28% acreditam que é dando exemplo de cidadania às pessoas que estão ao seu redor e 21% diz que é fiscalizando o poder público.

Em relação à projeção dos jovens na participação política, 61% acreditam que nos próximos cinco anos o Brasil estará mais próximo de ser o país da cidadania do que o país do paternalismo e 38% acreditam que o Brasil será o país da ética do que da corrupção.

Efetivando a prática da participação política, baseado no texto base da 2ª Conferência Nacional da Juventude 2011, vemos que a presença da juventude na sociedade brasileira também se alargou e intensificou nos últimos anos, tanto em contingente como em multiplicidade de atores. São muitos os segmentos que hoje se fazem visíveis e presentes, por meio dos mais variados tipos de coletivos, organizações e movimentos, apresentando uma gama variada de demandas e cobrando participação e interferência na vida social, cultural e política do país. Como dito por Carrano anteriormente, “os jovens não são desinteressados da participação da vida pública, porém poucos deles estão interessados em fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados”. Isto fica evidente quando observamos que no âmbito do executivo e do legislativo a presença da juventude ainda é bastante modesta. Segundo dados da Câmara, dos 513 deputados eleitos em 2010, apenas 39 deputados possuíam menos de 35 anos, o equivalente a 7,6%. São apenas quatro os que têm de 21 e 24 anos e 35 que têm de 25 a 34 anos (2ª CNJ, 2011).

Demonstrando que são participantes ativos e não meros expectadores, esses jovens, originados dos mais variados estratos sociais, estão envolvidos em distintas formas de participação social, desde as mais tradicionais ligadas a partidos e organizações estudantis até novas formas de mobilização social, movimentações políticas, grupos artísticos e esportivos, redes de religiosidade, dentre outras ações coletivas (CARRANO, 2008).

### **Considerações Finais**

É notório que o público juvenil nunca esteve e não está à margem das questões do país como alguns querem nos fazer acreditar. Embora as formas com que essa classe vem se manifestando, na maioria das vezes desinstitucionalizada, faça com que a opinião dos adultos seja desfavorável e contrária a esse processo, não se pode desconsiderar o que já vem sendo conquistado.

O processo de institucionalização das ações juvenis vem sendo constituído no âmbito do Estado. Desde as primeiras iniciativas por parte de diferentes níveis de

governo (federal, estadual, municipal), entre elas a criação de organismos públicos destinados a desenvolver e articular ações para a implantação de projetos e/ou programas dirigidos aos jovens, de lá para cá, o debate se ampliou, assim como a diversidade dos atores envolvidos e das questões abordadas.

Vale lembrar ainda que foi por meio da organização da sociedade civil que várias iniciativas aconteceram como o Seminário Juventude em Pauta, em 2002; a Agenda Jovem 2002; o Projeto juventude, 2003/2004. Entre os jovens nesse período ocorreram centenas de encontros, congressos e seminários e mobilizações através das quais organizações juvenis levantaram suas bandeiras e demandaram respostas do Estado, no parlamento.

Como resposta as essas demandas juvenis concretizou-se a criação de instrumentos que deram início a uma política nacional de juventude: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e um programa nacional para a inclusão de jovens (Projovem).

Com a criação do Conselho Nacional de Juventude em 2005, a participação juvenil vem ganhando esse reconhecimento institucional. O Conjuve estimulou a existência de conselhos, coordenadorias e secretarias da juventude em todo o Brasil fortalecendo a participação e o controle social no âmbito da elaboração de políticas públicas pelo governo federal.

Ao remeter-nos a pesquisa “Sonho Brasileiro” (2011), onde ficou demonstrado que os jovens acreditam ser possível trabalhar em conjunto para que possam efetivar-se como sujeitos de direitos, percebemos que um extenso e nobre caminho ainda precisa ser percorrido. Grandes desafios como o fortalecimento institucional no âmbito da juventude ainda estão por ser transpostos. Metas como a aprovação do Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei Nº. 4530/04); a efetivação do Estatuto da Juventude (Projeto de Lei 4529/2004); a criação do Sistema Nacional de Juventude com um arranjo institucional capaz de garantir mecanismos concretos e financiamento que assegurem os direitos da juventude brasileira; a garantia de um orçamento específico voltado para as políticas da juventude; a criação de um sistema nacional de monitoramento e avaliação das políticas de juventude e o fortalecimento dos órgãos de juventude; a consolidação e ampliação de canais de participação da juventude fortalecendo a rede de conselhos e outros espaços democráticos e por fim, transformar as políticas da juventude em políticas universais de Estado (2ª Conferência Nacional da Juventude, 2011).

O percurso ainda é extenso e distante. Não podemos esquecer que a institucionalização das ações direcionadas aos jovens deve buscar a inclusão, o reconhecimento dos múltiplos grupos culturais, o respeito às formas plurais de manifestação de suas identidades e escolhas.

Para Novaes (2007), as respostas às demandas dos jovens desta geração exigem que se considere o novo contexto mundial e as características da sociedade brasileira. Deve-se levar em conta as dívidas sociais que se acumularam ao longo do nosso passado histórico; lançar um olhar para as urgências que se colocam no presente e ter como perspectiva as necessidades futuras dos jovens de hoje.

Enquanto no Brasil, não atingirmos o patamar de políticas que reconheçam e contemplem o jovem na sua pluralidade, acreditamos que estes irão buscar espaços informais de participação que valorizem sua diversidade, que estejam abertos a conviver com as diferenças e que busquem formas de inclusão e reconhecimento. Não podemos desconsiderar também que o “capital político, cultural e social” para atuar nas arenas de disputas políticas ainda não é direito garantido de todos.

## REFERÊNCIAS

DAYRELL, J.; GOMES, N. L. **A Juventude no Brasil**. 2002.

GUIMARÃES, Gilselene Garcia; GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. **Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade**. 31ª Reunião da Anped. 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf> . Acesso em 26 de Jul de 2011.

CARRANO, P. C. **Territórios Juvenis**. 2008. Disponível em <http://www.blogacesso.com.br/?p=110> . Acesso em 24 de julho de 2011.

CARRANO, P. BRENNER, A. K. **Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública**. Rev. Proposta – Fase. Juventude: a arte do poder; jan/mar. 2008 – Ano 32 – n. 115, PP 66-71. Disponível em [http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1\\_ana%20e%20paulo.pdf](http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_ana%20e%20paulo.pdf) . Acesso em 25 de Jul 2011.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Instituto Pólis. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. 103 p. (Relatório final de pesquisa).

IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2009. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1708](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708). Acesso em 27 de Jul de 2011.

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766) . Acesso em 26 de Jul de 2010.

IBGE, **Síntese dos Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/2010>. Acesso em 27 de Jul de 2011.

NOVAES, R. **Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007.

**Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009 – Disponível em** <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/default.shtm> . Acesso em 28 de jul de 2011.

Pesquisa **O sonho Brasileiro 2011** <http://www.oonhobrasileiro.com.br/indexn.php> Acesso em 27 de Jul de 2011.

SPOSITO, M. P. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 161-178, 1993 (editado em nov. 1994).



SPÓSITO, M.; CARRANO, P. C. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, set/out/no/dez 2003, número 24.

Texto base da **2ª Conferência da Juventude**. Disponível em [http://www.juventude.gov.br/wp-content/uploads/2011/06/TextoBase\\_2Conf.pdf](http://www.juventude.gov.br/wp-content/uploads/2011/06/TextoBase_2Conf.pdf)  
Acesso em 27 de Jul de 2010.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil**. Brasília:,2011.  
Disponível em <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/> . Acesso em 26 jul de 2011.

WELLER, W. **A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 13, n. 1, abr. 2005 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 ago. 2011.